

Hora da conversão

A conversão da dívida externa em capital de risco vai ser discutida, hoje, em São Paulo, e segunda-feira, em Nova Iorque. A reunião de Nova Iorque, para executivos financeiros, é uma promoção da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Expositor: Mário Henrique Simonsen. O fio da meada: 1) O que é o mercado brasileiro de capitais; 2) Como andam as empresas brasileiras cotadas em Bolsa; 3) De onde veio, onde está e para onde vai a crise brasileira. O seminário de São Paulo hospeda industriais, banqueiros, exportadores, corretores do mercado de ações e diretores do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Em Nova Iorque, a ordem é "vender" o bom risco chamado Brasil. Em São Paulo, o negócio é "vender" as virtudes da capitalização no lugar do endividamento.

Risco é melhor

O pano de fundo dos debates em torno da conversão da dívida em capital é uma preocupação permanente em torno das virtudes e dos defeitos da participação das multinacionais no interior da economia brasileira. A questão é abrasiva do ponto de vista ideológico, especialmente em tempo de Constituinte banhada em moratória.

Capital estrangeiro de risco, para a maioria dos brasileiros, é uma força draculiana de intervenção e espoliação. Tanto assim que o Brasil levou às últimas consequências o modelo do endividamento (ou do capital de empréstimo), identificando no exercício da dívida, no lugar do capital, um resseguro de soberania.

Em São Paulo, a Fiesp procura documentar a tese de que a economia brasileira só consegue crescer de 7,1% ao ano (média ponderada do pós-guerra) quando desfruta da razão suplementar da poupança externa. Entre a poupança de aluguel e a poupança de risco, não há como vacilar: que venha a de risco.

Uma radiografia

Entendendo que o debate está viciado por clichês preconceituosos, a Fiesp cuidou de fazer a radiografia do capital estrangeiro na economia brasileira, amarrando as pontas soltas de uma bateria de dados oficiais esparsos. Disso resultou um trabalho sem similar, agora transformado em documento, que já toma partido no título: A importância das empresas brasileiras de capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional".

Erigido sobre vasta documentação, o estudo foi conduzido pela economista Maria Helena Zockun, do Departamento de Economia da Fiesp, sob a supervisão dos diretores Jacy de Souza Mendonça e Antônio Teixeira da Silva.

Bom fermento

A pesquisa conseguiu quantificar a verdadeira contribuição

da poupança externa para o crescimento do PIB. Maria Helena Zockun dá números aos bois:

"Nos últimos quinze anos, a taxa média de investimento no Brasil foi de 24,4% do PIB, sendo 19,8% financiado pela poupança interna e 4,6% pela poupança externa de empréstimo ou de empréstimo ou de risco (multis). A primeira andou pela média de US\$ 6,2 bilhões por ano no período. A segunda, US\$ 1,4 bilhão. No período, o PIB cresceu de 6,2%. Levando em conta a depreciação do capital físico, da ordem de 5% do PIB, verificamos que foram necessárias três unidades de capital adicional na economia brasileira para gerar uma unidade adicional de produto. Estabelecido esse parâmetro, constatamos que sem a contribuição da poupança externa a economia brasileira teria crescido, no período considerado, não de 6,2% ao ano, mas de 4,8% — taxa insuficiente para garantir a expansão do emprego, nas condições brasileiras. Ou ainda: com poupança externa naquela proporção, a renda per capita teoricamente duplica-se em 19 anos. Sem a poupança externa, só em 31 anos. E temos pressa. Enquanto o europeu ocidental realiza 1.000 unidades de produto, o brasileiro só faz 170. É preciso descontar esse atraso e a poupança interna não é suficiente".

O peso das multis

O estudo da Fiesp desfila um punhado de revelações, dignas de reflexão política. Entre outras:

1) Enquanto a dívida vai de US\$ 115 bilhões (reproduzindo juros e "spreads" com data marcada), o capital de risco totaliza, desde 1950, US\$ 26,2 bilhões (incluindo o reinvestimento de US\$ 7,9 bilhões).

2) Nos anos oitenta, o capital de aluguel passou a custar mais que o dobro do capital de risco: para cada 100 dólares, estamos remetendo 14,80 na dívida e apenas 6,80 no risco;

3) A falta das multinacionais declinou de 12 para 10% do capital produtivo do País. Em 1979, elas respondiam por 26% do faturamento das mil maiores empresas não financeiras do Brasil, caindo para 23% em 1985 — enquanto as estatais brasileiras saltavam de 31% para 41%;

4) As multinacionais, com 26% do PIB industrial, respondem por 19% do emprego no setor (920 mil) e por 35% dos impostos indiretos (elas encaram uma carga fiscal de 24% contra 16% das nacionais);

5) Operando em setores modernos, de maior qualificação, as multinacionais pagam um salário médio de US\$ 288 por mês, contra US\$ 207 das nacionais.